

Maria Aparecida de Oliveira Souza¹

RESUMO:

Neste artigo, analisamos aspectos das lideranças e o protagonismo feminino em algumas comunidades quilombolas de Pernambuco, destacaremos de início as narrativas das mulheres que nomearemos de mitos fundadores que darão sustentação a continuidade das lutas pela conquista dos seus territórios e justifica o reconhecimento da comunidade como “remanescente de quilombo”, em seguida analisaremos a participação das “mais novas” guardiãs, que politicamente atuaram para reconhecimento e reafirmação da identidade quilombola, e foram nomeadas por alguns como “as donas dos quilombos”. Essas mulheres se deslocaram do quilombo para o mundo tornando-se, portanto referência para o movimento quilombola.

Palavras – chave: Mulheres. Identidade. Quilombo

THE FOUNDING MYTHS, NARRATIVES AND “THE OWNERS OF THE QUILOMBOS”

ABSTRACT:

In this article, we analyze aspects of leadership and the feminine protagonism in some quilombola communities of Pernambuco, we will initially highlight the narratives of women that we will name as founding myths that will sustain the continuity of the struggles for the conquest of their territories and justify the recognition of the community as a "quilombo remnant", then we will analyze the participation of the "youngest" guardians, who politically acted for the recognition and reaffirmation of quilombola identification, and were named by some as "the owners of the quilombos". These women have moved from the quilombo to the world becoming, as a result, a reference for the quilombola movement.

Keywords: Women. Identity. Quilombo

LOS MITOS FUNDADORES, NARRATIVAS Y “LOS DUEÑOS DE LOS QUILOMBOS”

Resumen: En este artículo analizamos aspectos de liderazgo y protagonismo femenino en algunas comunidades quilombolas de Pernambuco, destacaremos las narrativas de mujeres que nombraremos como mitos fundadores que apoyarán la continuidad de las luchas por la conquista de sus territorios y justificar el reconocimiento de la comunidad como un “remanente quilombo”, luego analizaremos la participación de los guardianes “más

¹ Doutora, Professora da Secretária de Educação e Esporte de Pernambuco, Professora da Faculdade de Ciência e Tecnologia Professor Dirson Maciel de Barros/FADIMAB

Cidoka.cida@hotmail.com

jóvenes”, quienes actuaron políticamente para reconocer y reafirmar la identidad quilombola, y fueron nominados por algunos como “los dueños de los quilombos” . Estas mujeres se trasladaron del quilombo al mundo, convirtiéndose así en un referente del movimiento quilombola.

Palabras clave: Mujeres. Identidad. Quilombo

Introdução

As reivindicações históricas das mulheres quilombolas são pela garantia da dignidade e da resistência contra a exclusão social, racial e a defesa dos seus territórios ancestrais. O objetivo desse estudo foi analisar aspectos das lideranças e do protagonismo feminino nas Comunidades Quilombolas de Pernambuco, enquanto experiência coletiva e observando o lugar que ocupa esses sujeitos enquanto indivíduos. O artigo inicialmente se propõe fazer um levantamento da trajetória das mulheres quilombolas, analisando suas conquistas e resiliências, iniciada com o percurso que tiveram que caminhar pela regularização de seus territórios e pela manutenção da memória coletiva.

Michelle Perrot apontou que “o silêncio é o comum das mulheres” e que a falta de informações sobre as mesmas levam a construção de discurso que mais são frutos da imaginação, do que representações do real, para a autora, “as mulheres são mais imaginadas do que descritas ou contadas, e fazer a sua história é, antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra este bloco de representações que as cobre e que é preciso necessariamente analisar” (PERROT, 2005, p. 9-11).

O termo “mulher” pouco significa na representação das diversidades dos sujeitos, nós somos mulheres, mas não somos apenas isto, ou melhor, “se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é” (BUTLER, 2003, p. 20).

Esses discursos se reverberam na análise de Perrot desde o século 19:

Tomam nota de muito pouco do que tem o traço das mulheres, categoria indistinta; destinada ao silêncio. Se o fazem, quando observam a presença feminina em uma manifestação ou reunião, recorrem aos estereótipos mais conhecidos: mulheres vociferantes, megeras a partir do momento em que abrem a boca, histéricas, assim que começam a gesticular. A visão das mulheres age como um pisca-pisca: elas são raramente consideradas por si mesma, mas bem mais frequentemente com sintomas de febre ou de abatimento (PERROT, 2005, p. 33-34).

Nós as mulheres não somos uma substância ou um dado pronto e acabado, somos sujeitos construídos por práticas historicamente situadas. “E o que me interessa é, precisamente, a constituição histórica dessas diferentes formas do sujeito, em relação aos Jogos de verdade” (FOUCAULT, 1984, p. 7)²

Neste sentido Margareth Rago acrescentou que “os objetos históricos assim como os sujeitos emergiam aqui como efeitos das construções discursivas, ao invés de serem tomados como pontos de partida para a explicação das práticas sociais” (1995, p. 71). Portanto, o discurso “não é aqui pensado como signo, elemento signifiante que remeteria a conteúdos ou a representações, como se fosse ‘expressão do real’ (Ibidem, p. 74)³.

É importante analisar em que jogo de verdade as mulheres lideranças quilombolas entraram na ordem do discurso para se constituírem enquanto figuras sociais, em quanto sujeitos de direitos, quais estratégias foram utilizadas para entrarem no processo de construção identitária, “num mundo que certamente aprendeu com Foucault que as essências e as identidades naturais são uma ficção e não uma realidade empírica” (Ibidem, p. 80).

Quando se fala das mulheres quilombolas, é necessário adentrarmos numa análise ainda que breve do lugar de fala dessas mulheres, ou seja, as comunidades quilombolas, para a posteriori analisar as questões de gênero, raça⁴ e a construção da identidade quilombola.

Partindo do pressuposto que o gênero é uma construção, e deve ser compreendido como experiência sociocultural, por isso, não pode ser naturalizado, tornando-se necessário, então, historicizar as condições das mulheres e dos homens quilombolas enquanto protagonistas de suas histórias. Portanto, o que nos interpela e impulsiona o presente artigo, é problematizar as experiências desses sujeitos no sentido de entender como questões relativas à heterotopia⁵ feminina foram e são construídas no cotidiano dessas comunidades.

² Disponível em: http://escolanomade.org/wp-content/downloads/foucault_%20etica_cuidado_si.pdf. Acessado em 20 de abril 2020.

³ Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v7n1-2/0103-2070-ts-07-02-0067.pdf>. Acessado em: 20 de abril de 2020

⁴ O termo “raça” é entendido como um construto social, mas que permanece no imaginário. Para Elisa Larkin Nascimento “a pretensão de eliminar o termo ‘raça’ do vocabulário científico e popular resume-se a um utópico e fantasioso engano, pois mesmo eliminando o vocabulário no imaginário social, as diferenças físicas visíveis continuariam a ser tipificadas e interpretadas pelo senso comum que constrói socialmente as ‘raças simbólicas’”. (2003, p. 47-48). SCHWARCZ, Lilia Mortiz; QUEIROZ, Renato da Silva (Orgs.). **Raça e diversidade**. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, 1996.

⁵ Michel Foucault no texto discutiu o conceito de heterotopia. A palavra heterotopia é composta do prefixo *heteros* com origem no grego, significando o diferente e está vinculado a palavra *alter* (o outro). A

Um dos aspectos primordiais na história em questão reside na capacidade de resistência e mobilizações sociopolíticas da comunidade, na persistência desse povo que, ao mesmo tempo, em que era visto como diferente e tratado como desigual, conseguiu manter-se no território, valorizar-se enquanto negro e ser reconhecido legalmente como “comunidade remanescente de quilombo”. Mulheres que, na multiplicidade das experiências constitutivas de suas subjetividades, exerceram a posição de sujeitos ao atuarem como articuladoras das ações da comunidade, trabalhadoras rurais, artesãs, mães, esposas, educadoras, políticas, articuladoras das ações da comunidade, destacando enfim, várias dimensões de suas histórias.

Heleieth Iara Bongiovani Saffioti explicita que “se é verdade que a ordem patriarcal de gênero não opera sozinho, é também verdade que ela constitui o caldo de cultura no qual tem lugar a violência de gênero, a argamassa que edifica desigualdades variadas, inclusive entre homens e mulheres” (2002, p. 8). Essas desigualdades têm influenciado historicamente a vida das mulheres e aparece de forma mais relevante quando somada as situações sociais e econômicas, aparecendo de forma mais acentuada em se tratando de mulheres negras e quilombolas.

Neste sentido, vale apenas destacar como essas mulheres vivendo em comunidades quilombolas e assumindo tal identidade tem investido no processo de construção de forma diferente de vida onde sejam respeitadas como sujeitos. É entender “as experiências constitutivas das mulheres que são presididas por várias representações como as de etnia, raça, gênero, geração, terra, trabalho, entre outras. Representações que funcionam muitas

palavra *topia* significa lugar, espaço. Então, heterotopia significa o espaço do outro. Assim definida por Foucault: “Há, igualmente, e isso provavelmente em qualquer cultura, em qualquer civilização, lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delineados na própria instituição da sociedade, e que são espécies de contra posicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais, todos os outros posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis. Esses lugares, por serem absolutamente diferentes de todos os posicionamentos que eles refletem e dos quais eles falam, eu os chamarei, em oposição às utopias, de heterotopias; e acredito que entre as utopias e estes posicionamentos absolutamente outros; as heterotopias, haveria, sem dúvida, uma espécie de experiência mista, mediana, que seria o espelho. O espelho. Afinal, é uma utopia, pois é um lugar sem lugar (FOUCAULT, 1984, p. 415). Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/pensarcomfoucault/leituras/outros-espacos.pdf>. Acessado em: 08 jan. 2017. FOUCAULT, Michel. O corpo utópico, as heterotopias. São Paulo: n-1 Edições, 2013a. _____. As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes, 2007. _____. História da sexualidade, vol. I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

vezes como redutores, minimizando as suas atuações como mulheres políticas e economicamente ativas” (SOUZA, 2006, p. 14).

Precisamos compreender os processos históricos que, por meio do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências, pois, para Joan Scott, “não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência” (SCOTT, 1999, p. 27). Portanto, a experiência não é origem de explicação, evidência autorizada, mas aquilo que se quer explicar, aquilo por meio do qual se produz conhecimento.

Essa análise tenta perceber em que medida as práticas discursivas das mulheres quilombolas instituem significações inovadoras na ordem do discurso, pois segundo Eni P. Orlandi “saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento, que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro” (ORLANDI, 2003, p.10).

Que lugar ocupam essas mulheres em suas comunidades e são respeitadas por liderarem, em uma sociedade machista e branca? Como essas mulheres politicamente empoderadas⁶ experienciam em suas vidas as relações entre o público e o privado?

Vislumbrando quebrar o silêncio sobre as mulheres quilombolas e ainda questionando algumas formas pejorativas pela qual tem sido abordada nas mídias e muitas vezes também nos discursos científicos, recorreremos às práticas discursivas das mulheres lideranças quilombolas que participam ativamente do movimento quilombola. A partir do entendimento de que, é preciso repensar as categorias fixas dividindo a humanidade em polos distintos com funções e comportamentos específicos através de outras identificações e outras subjetividades – interrogando o esquema androcêntrico e racialista naturalizado. As

⁶ O conceito de empowerment surge nos Estados Unidos e a partir da segunda metade do século XX, passa a expressar a luta por direitos civis de negros, mulheres e homossexuais. Porém é um conceito que advém dos EUA e é lógico que carrega os sentidos daquela realidade e cultura. Freire nos propõe avançar na discussão sobre o termo e argumentou que: “mesmo quando você se sente, individualmente, mais livre, se esse sentimento não é um sentimento social, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da transformação global da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do empowerment ou da liberdade (FREIRE & SHOR, 1986, p. 71). Nesta mesma direção as feministas explicitaram: “o termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até à resistência, protesto e mobilização coletivas, que questionam as bases das relações de poder”. (BATLIWALA, 1994, p. 130).

mulheres negras quilombolas enfrentam, no seu cotidiano, experiências de preconceito e discriminação raciais, daí a importância de destacar mulheres quilombolas que se apresentam como protagonistas na luta buscando garantir os direitos fundamentais do seu povo.

Para realização desse estudo, além de recorrermos à bibliografia histórica existente, procuramos apoio nos diversos estudos antropológicos e sociológicos em suas diferentes abordagens, que trataram das questões de gêneros, falando das mulheres de forma geral e das questões relativas à identidade quilombola que tratam das mulheres quilombolas de forma específica.

Recorremos também às fontes impressas a exemplo das dissertações e teses sobre os quilombos em Pernambuco e o memorial de algumas lideranças. A partir da aplicação de entrevistas semiestruturada, com questões abertas relativas às trajetórias de vida e atuação dessas mulheres, por meio de observação participante tendo em vista que a autora além de pesquisar algumas comunidades, resultado de sua dissertação e tese de doutoramento, onde a fonte inspiradora foram comunidades quilombolas situadas no sertão de Pernambuco, a mesma conviveu desde sua mais tenra idade com a comunidade quilombola de Conceição das Crioulas. Desenvolver diversos trabalhos e acompanhar as comunidades quilombolas destacadas foi e é muito importante, no sentido de conhecer de perto as experiências, nesse processo foi interessante perceber a configuração da identidade quilombola como campo político de afirmação, como essas identidades foram sendo construídas permitindo a estes sujeitos tornarem-se visíveis.

A promulgação da Constituição Federal de 1988, de acordo com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, os direitos territoriais das comunidades identificadas como “remanescentes de quilombos” são reconhecidos. Significativamente, podemos considerar que diante do texto normativo é possível identificar alguns elementos para a caracterização do conceito de “remanescente de quilombo”, conforme definição contida no art. 2º do Decreto Federal nº. 4887, de 20/11/2003, expressa nos seguintes termos:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnicos-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória

histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência a opressão histórica sofrida. (Decreto Federal, 2003). § 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

Como se observa no conceito do Decreto, na interlocução desse discurso os quilombolas se enquadram como “remanescente de quilombo”, na categoria de comunidades tradicionais, uma vez que o traço essencial de sua caracterização é “a presunção de ancestralidade negra com a resistência histórica sofrida”, tendo em vista ser muito comum encontrar nessas comunidades as mesmas descendências ancestrais entre negros e índios. Destaca-se também a preservação de uma cultura com característica afro-brasileira, mantendo uma relação de parentesco e compartilhando um território e uma identidade.

O sentido de pertencimento é uma construção simbólica, conforme sublinha Sandra Jatahy Pesavento:

Enquanto representação social, a identidade é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte como todo, do indivíduo frente a uma coletividade, e estabelece a diferença. A identidade é relacional, pois ela se constitui a partir da identificação de uma alteridade. Frente ao eu ou ao nós do pertencimento se coloca a estrangeiridade do outro (Pesavento, 2003: 89-90).

Entendemos tal como Pesavento que as identidades é uma “construção simbólica de sentido”, uma construção imaginária que produz, ou não, a coesão social, mediante um processo de negociação no qual os seus detentores buscam atributos e características valorizadas que resultem tanto em autorreconhecimento como em reconhecimento social.

Para essa análise iremos considerar o que escreveu Michel Foucault (1997, p. 55):

Definir esses objetos sem referência ao fundo das coisas, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objeto de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico; fazer uma história dos objetos discursivos que não os enterre na profundidade comum de um solo originário, mas que desenvolva o nexo das regularidades que regem sua dispersão.

O autor convida a renunciar da “infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida” (Ibidem, p. 28). É o que tentaremos em relação às lideranças quilombolas. Porém, consideramos historicizar algumas situações importantes, não por representarem a fonte explicativa das histórias do presente, mas para compreender “o nexos das regularidades que regem sua dispersão”.

Para tanto foram escolhidas algumas mulheres que são lideranças quilombolas e que incansavelmente estão presentes nas diversas regiões do estado, reivindicando seu reconhecimento e o direito de permanecer nas terras dos seus ancestrais. É entender quem são as lideranças quilombolas nessas regiões e qual é a sua relação com seu corpo, sua família e nas mobilizações pela conquista da territorialidade⁷.

Os discursos das ativistas negras, nesse contexto, realizam-se com base nas representações sociais que os informam sobre seu lugar no mundo, possibilitando-lhes que falem desse lugar, embora, às vezes, possam fixar tais representações em uma identidade sexual e racial. O conhecimento desse lugar e a percepção da condição de marginalização e de invisibilidade seriam fundamentais para compreender a força feminina das negras quilombolas, auto identificadas como tais na formação dos quilombos em Pernambuco.

Nos processos de mobilizações pelo reconhecimento dos direitos nos propomos analisar como as mulheres lideranças quilombolas fazem a diferença. Tendo em vista que historicamente esses sujeitos ocuparam na sociedade a posição de não sujeitos, aqueles que estiveram sempre na fronteira entre o visível e o invisível. Portanto, evidenciar essas transgressões, “no que se refere à produção dessa história, é o que nos impulsiona a enfrentar esse desafio, de buscar entender qual é esse novo jeito que essas mulheres desenvolveram para pensar e repensar suas vidas” (SOUZA, 2013, p.116).

⁷ Para melhor entendimento do conceito consulte: ALMEIDA, Alfredo W. B de. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais**. R. B. Estudos Urbanos e Regionais S V. 6 , N. 1 / MAIO 2 0 0 4. Disponível em: http://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2017/07/Alfredo-Wagner-B-de-Almeida_Terras-Tradicionalmente-Ocupadas.pdf. Acessado em: 22 fev. 2020. HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos territórios à multiterritorialização**. I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades. Porto Alegre: UFRGS/ULBRA/AGB, 2004. BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de Novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acessado em: 27 de fev. 2020.

A linguista Orlandi, sugeriu que “os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos” (2003, p. 30). Ao observar as práticas das mulheres quilombolas e atuação no Movimento Quilombola é importante analisar como esse movimento foi aspecto signficante na construção desse sujeito político, e desestabilizador ou não da condição de “assujeitamento” das mulheres lideranças quilombolas.

É sob essa noção de historicidade que procuramos responder ao desafio de tentar perceber como ocorreu a constituição de perfis, como se engendrou tal singularidade. Nesse esforço de análise, a evidência de que as mulheres das diversas comunidades quilombolas vêm liderando, nos últimos 15 anos, as mobilizações pelo direito a terra e, nessas mobilizações, vem se processando, simultaneamente, a construção/reconstrução de uma identidade étnica e sociocultural na qual as mulheres da comunidade se enquadram, se identificam como integrantes que compartilham de um repertório comum e, ao mesmo tempo, como pessoas, com subjetividades singulares, uma moldura que as aprisionam e também as protege como grupo, enquanto uma coletividade.

É relevante registrar e analisar a significativa participação e atuação das mulheres quilombolas nessas regiões como expressão da capacidade organizativa desses sujeitos sociais, indicador da não submissão à condição de papéis “generizado”⁸. Assim, esse cotidiano de reinvenção das inúmeras experiências desses sujeitos será interpretado e evidenciado com o objetivo de demonstrar que houve um processo cumulativo nessa forma de resistir. Para Orlandi “nessa passagem do sem-sentido para o sentido, produzida nesses lugares, não estamos pensando a história dos fatos, e sim o processo simbólico, no qual, em grande medida, nem sempre é a razão que conta: inconsciente e ideologia aí significam” (2003, p. 13). No imaginário das comunidades quilombolas as construções dos mitos fundadores darão significação as suas histórias e “esse dizer irrompe no processo significativo de tal modo que pelo seu próprio surgir produz sua memória” (Idem , Ibidem).

⁸ Utilizo o termo “generizado”, como papéis sociais marcado por especificidade de gênero, como por exemplo ser mãe, ser parteira, ser professora dos anos iniciais, entre outros, nos quais a própria diferença sexual pudesse ser afirmada e analisada.

Por meio dos relatos orais, tal tradição foi afirmada, preservada e transmitida de geração em geração. Estas primeiras “posseiras” se miscigenaram com indígenas e em alguns casos, fundaram depois de muita luta uma comunidade que, apesar de sua vulnerabilidade, consolidou-se. Na tradição oral da comunidade quilombola de Conceição das Crioulas tudo começou: “no início do século XIX, seis mulheres negras e livres: Mendecha Ferreira, Chica Ferreira, Francisca Presidente, Matilde, Romana e Germana, chegaram nessa região, fixando morada e vivendo em harmonia com os índios da etnia Atikun, nativos da região” (Jornal Crioulas, 2003, p. 2).

A narrativa credita a fundação da comunidade às seis mulheres negras. Esse processo de instalação do discurso fundador são elementos significantes:

A tradição ressemantizada das ações de mulheres negras e livres, ligadas por relações de parentesco e pelo objetivo comum de terem sua terra, seu próprio lugar, são elementos significantes nas construções identitárias da comunidade, atuam como catalizadores no engendramento do sentimento de pertencimento que une os membros da comunidade (SOUZA, 2006, p. 67).

Pode-se acompanhar esse movimento da tradição reafirmando quem de fato são os donos da terra, resistindo ao apagamento da memória e lhes atribuindo significados outros, podemos dizer que são os anunciados dos discursos fundadores que ecoa aqueles que vão nos inventando um passado inequívoco “o que vale é a versão que ‘ficou’” (ORLANDI, 2003, p. 12).

Elas arrendaram e pagaram as terras aos reis, né? Aí fiando aqui muito algodão e aquilo juntaram os fios de algodão e foram para pagar em Flores. Sabe?... Aí eu perguntei a minha vó 'e a renda foi paga aos reis?' E me diga: e mora reis aqui na corte? Lá... parece que ela falava no Rio de Janeiro, se não me engano ela falava assim. E me diga, cadê a escritura da terra? E ela falou: 'a escritura pode procurar no livro do Tombo'. Agora eu não entendo o que é isso aí! Quem entende, compreende, no livro do Tombo. E eu perguntei: e onde é o livro do Tombo? - É no tribunal dos reis (...) (SILVA, apud SOUZA, 1998, p. 24-25)

A reafirmação do mito fundador “é memória temporalizada, que se apresenta como institucional, legítima” (Orlandi, 1993, p. 13). As mulheres adquirem legitimidade nos seus discursos, pois afirmam que pagou as terras com o seu trabalho ao rei. É esse o discurso feito por Dona Maria Emília da Silva (Liosa), e outras pessoas mais velhas da comunidade. “As

mulheres arrendaram a terra, trabalharam e pagaram ‘ao rei’, o que torna sua ação inquestionável e impossível de ser anulado, com foros de direito inalienável” (SOUZA, 2006, p. 70). Desta forma, pode-se dizer “que os primeiros moradores de Conceição das Crioulas pertenciam a alguma tribo matrilinear, já que a história é toda contada a partir da ação das mulheres” (BARBOSA, 1997: 6).

Marta de Oliveira Antunes ao pesquisar a comunidade quilombola de Conceição das Crioulas fez um recorte por geração para melhor entender o processo de organização e participação da comunidade, os sujeitos foram divididos em três grupos e denominados de: “os ‘mais velhos’, os ‘mais novos’ e os demais” (ANTUNES, 2016, p. 31). Empregaremos como referencia essa divisão, mas não como modelo para posicionar os indivíduos nas diferentes temporalidades, mesmo porque o conhecimento dessa pesquisadora em relação à comunidade se deu em outras ocasiões, portanto seguindo essa lógica iremos nomear “os mais velhos” de as guardiãs da memória e de mitos fundadores, seguindo o tempo histórico das narrativas e experiências.

A partir de então, tentaremos fazer uma cartografia da memória afetiva e política das comunidades quilombolas, destacando-se os casos em que o espaço ocupado por mulheres na comunidade geram novas perspectivas, rompendo com a invisibilidade, retomando a história passada e reconstruindo-as no presente. Para essa análise por uma questão de limite desse artigo, ressaltam-se quatro comunidades quilombolas por considerar que as mulheres nestes quilombos tem uma liderança inquestionável e também por serem as comunidades que mais tivemos acesso às informações.

Inicialmente serão destacadas as narrativas dos mitos fundadores que darão sustentação a continuidade das lutas pela conquista dos seus territórios, em seguida analisa-se a participação das “mais novas” guardiãs que politicamente atuaram para reconhecimento e reafirmação da identidade quilombola, que foram nomeadas por alguns como “as donas dos quilombos”.

Na memória afetiva o quilombo de Conceição das Crioulas reafirma a luta pela conquista do território, primeiro foi às seis negras fundadoras, Mendecha Ferreira, Chica Ferreira, Francisca Presidente, Matilde, Romana e Germana, dando prosseguimento surge outro personagem “Agostinha era mulher forte e dedicada nas luta da comunidade” ((Jornal Crioulas, 2005: 7). “Circular a imagem forte de Agostinha Cabocla é investir na força da

tradição das fundadoras, é construir uma imagem de comunidade que, em sua singularidade, tem a força de mulheres como Agostinha” (SOUZA, 2006, p. 75).

Dona Firmiana Marcionila, conhecida como Ana Belo, na época com 84 anos, enumera as razões e as descendências que conferem sentido de pertencimento aquela comunidade:

Nós aqui nem somos índio puro nem negro puro é braiado negro com índio, porque os pais da gente uns era negro e outros era índio, minha mãe era caboclinha, mãe era cabocla e o pai dela era negro, minha mãe nasceu aqui na Conceição, quando eu me entendi ó, minha bisavó era veinha, já caducando, emboladinha e ela já nasceu aqui, o nome dela era Martinha e a gente chamava ela de Iaiá, minha vó era Hermínia e minha mãe Marcionila (Marcionila, 2005)⁹.

Investidas das autoridades de guardiãs da memória merece destaque Dona Maria Emília da Silva (Liosa), 76 anos e Dona Antônia 69 anos que confirmou o pertencimento pela relação de parentesco ao dizer “somos casca do mesmo pau”. Outras guardiãs da memória tem sua importância na preservação da história dessa comunidade, mas esse espaço não permite reverenciar a todas. Apresentam-se então as responsáveis pela importância política do reconhecimento da comunidade como “remanescente de quilombo”, essa entrevista fala por si:

Givânia sempre foi muito assim, ela sempre teve o poder de comunicação muito grande e também ela logo cedo ela era professora na comunidade, professora sempre tinha um respeito muito grande pela comunidade, então foi fácil para ela chegar na comunidade[...] Foi assim que a gente foi começando a ficar por dentro da história do que era, do que é ser quilombo [...]Mas daqui da comunidade, pode ser que tenha outras pessoas que tenha outra ideia, mas para mim a pessoa principal foi Givânia que deu essa boa nova e fez a gente despertar, deu esse acorda para Jesus. (Maria Aparecida Mendes da Silva, E. 01/07/2011) (Apud ANTUNES, 2016, p. 86).

Observa-se como a comunidade credita a Givânia a principal capacidade de despertar nas pessoas mais jovens da comunidade a consciência política para assumir a

⁹ Entrevista feita por Maria Aparecida de O. Souza em 2005, para a dissertação do Mestrado.

identidade quilombola e a luta pelo reconhecimento do direito a sua territorialidade. A própria pessoa que deu essa entrevista, Maria Aparecida Mendes, assim como Valdecir, Maria Santos, Roseane e Fabiana é a representação da força do presente na comunidade que leva a ala feminina a se posicionar como sujeito da sua própria história, elas como muitas outras são denominadas como “as donas do quilombo”. Assim, como essas mulheres, podemos citar outras de outros quilombos, as quais serão apresentadas a seguir.

A comunidade quilombola de Trigueiros fica localizada a 11 km da sede do município de Vicência, Zona da Mata Norte de Pernambuco. Nesta comunidade as mulheres ao rememorar sua história encontram a substância que dá legitimidade a identidade quilombola. Mulheres que se tornaram responsáveis pela trajetória de reorganização social da comunidade. Um dos mitos fundadores seria a mãe de Sebastião Carreiro que tem seu nome silenciado na história. “Ao tratar sobre a história do Sebastião Carreiro, ele (Seu Goiô) traz a mãe do Sebastião Carreiro como protetora na estrutura escravocrata” (SILVA, 2020, p. 35).

Outra importante guardiã das memórias foi Dona Emília Dionila da Costa, conhecida como Dona Mila, nascida em 14 de março de 1904, segundo a memória seus pais eram descendentes de escravos e ela desde criança cuidava dos filhos das sinhás nos engenhos que rodeavam Trigueiros. Faleceu com 108 anos em 05 de julho de 2012, gostava de contar as histórias de sua vida com isto contribuía para salvaguardar a história da comunidade¹⁰. Desfrutamos do prazer de conhecer a sua filha Dona Odete que falou do preconceito que o povo da circunvizinhança tinha com o povo de Trigueiros, pois sua mãe contava “que quando alguém de Trigueiros chegava em outras localidades e pedisse um copo d’água, falando que morava em Trigueiros, ninguém dava, por ser conhecida como ‘terra decatimbozeiro”.

Mais uma “guerreira” da comunidade foi Maria Felix da Silva, ou como era conhecida Dona Nicota. Viveu “parte da vida na serra, mas com a morte de seu pai, ela, sua mãe e seu irmão, foram expulsos de sua casa, da terra que pertencia a seu pai, por um proprietário de engenho” (SILVA, 2017, p. 22). Isso fez com que sua família viesse morar em Trigueiros. Outras mulheres tiveram grande importância, como Dona Dorinha fogueira, sua mãe Dona Nila, Dona Iraci, Dona Inês, Dona Benedita Maria da Silva, entre outras. O fortalecimento das mulheres que hoje vivem na comunidade se alimenta dessas memórias.

¹⁰ História tirada de um Baners que está em exposição na Associação Quilombola de Trigueiros

Uma das grandes responsáveis por esse processo de luta para o reconhecimento da Comunidade de Trigueiros foi e é Edriane Cruz Barbosa. Ela contou que tudo começou com os idosos, em encontros ainda nos anos 90, sem pretensões de discutir sobre quilombo ou quilombolas. “ela retorna com o objetivo de reunir através de depoimentos gravados e escritos à história que faz conhecer Trigueiros e fundar a Associação Quilombola de Trigueiros (AQT) em 08 de fevereiro de 2008” (SILVA, 2020, p. 37). Edriane narra em uma reportagem que, “além desse trabalho de resgate de valores e costumes da comunidade, através de palestras educativas, queremos acabar com o preconceito que existe em relação a nós, aqui no município”. (Ibidem, p. 90).

Edriane juntamente com outras lideranças, mas ela como principal articuladora procura legalizar a Associação Quilombola de Trigueiros/AQT, pois essa era a condição exigida pela Fundação Palmares para o reconhecimento e identificação da comunidade como “remanescente de quilombo”. Romero Almeida da Silva, quilombola e estudioso da causa, informou que com o processo de organização “as lideranças da Comunidade de Trigueiros conseguiram alugar um pequeno espaço que abrigou a AQT entre 2008 a 2015” (Ibidem, p. 37), mas que o objetivo maior era conquistar uma casa que pertencia aos moradores do antigo engenho, por entender que era sua por direito e assim foi feito.

O objetivo desta pesquisa como já mencionado acima é trazer as mulheres que se constituíram como liderança para a conquista e reconhecimento do território e uma delas foi Edriane Cruz que tem representado o quilombo de Trigueiros tanto nacionalmente como internacionalmente. Em todas as conquistas realizadas na comunidade ela está de frente, mas existem outras mulheres na comunidade como Luciclaudia Maria da Silva, mais conhecida como Preta, considerada à poetisa de Trigueiros, que significativamente como representação da juventude trigueirense, entre outras mostra com orgulho a sua identidade quilombola:

A menina, de apenas 21 anos, escreve poesia desde os 14 e já viajou por toda a Mata Norte contando um pouco da história do lugar onde vive, com orgulho. ‘Como eu moro aqui, me reconheço como quilombola. Nossa comunidade tem uma história e nós temos que contar um pouco do que fomos’, explica ela que sonha em publicar um livro. Além do caráter histórico, percebemos nas letras de Preta uma vontade de falar também do presente. ‘Eu puxo muito pelo jeito das pessoas viverem. Falo das coisas que acontecem na cidade’¹¹

¹¹ Disponível em: <http://www.cultura.pe.gov.br/canal/nacaocultural/cultura-e-oficinas-no-quilombo-trigueiros/>

Na tentativa de trazer para o campo do dizível e minimizar os silêncios que ainda permeia sobre as ações das mulheres na história é que se evidencia mais uma comunidade quilombola e as mulheres que desempenharam diversos papéis importantes para a sobrevivência do seu povo, da sua cultura e da subsistência dos seus descendentes.

Mulheres negras, mulheres trabalhadoras rurais, mulheres educadoras, mulheres que durante muito tempo foram silenciadas e agora se ergue vociferando pelo direito a ter direito, segue trazendo as histórias de outras mulheres que lhes dão força no presente para lutar contras as injustiças historicamente sofridas pela sua comunidade, nesses gritos de alerta, nessas revoltas, as mulheres intervém coletivamente, é com sua voz, com seu corpo, com seus envolvimento políticos, agarrando-se aos sinais de autoridades que elas enfrentam essa sociedade misógina e patriarcal. “O discurso se anula, assim, em sua realidade, inscrevendo-se na ordem do significante” (FOUCAULT, 1996, p. 49).

Neste momento trata-se da comunidade quilombola de Angico, localizada na cidade de Bom Conselho no Agreste pernambucano. Segundo a memória oral a origem da comunidade remonta ao período das fugas dos negros dos quilombos dos macacos, quilombo localizado na Serra da Barriga, negros que migraram do quilombo de Pedro Capacaça, localizado em Bom Conselho e famílias que moravam nas circunvizinhanças “que mudaram-se para cá, em busca de melhores condições de vida” (ALMEIDA e ALMEIDA, 2005, p. 2).

No início, essa história começa com o mito fundador Dona Josefa Maria da Conceição ou simplesmente, Dona Zefa Francelino, que hoje estaria com 98 anos, segundo pesquisa feita por Maria Márcia Rodrigues de Almeida e Roseane Gico Bezerra Almeida, ambas quilombolas da referida comunidade. Dona Zefa Francelino narra: “fui escolhida para narrar a história da comunidade por ser descendente dos primeiros habitantes do Angico, bem como, recordar de fatos contados por meus antepassados sobre a origem do nome e surgimento da comunidade, bem como as condições de vida da época” (Ibidem, p. 1).

Outro papel de grande importância exercido por mulheres nas comunidades quilombolas é o de parteira e benzedeira, devido a toda dificuldade que passou e passa em relação às questões de saúde, além de acreditar que é a fé um mecanismo de cura. Esse papel

nesta comunidade foi desempenhado por Dona Dionízia Correia Ramos, na época com 74 anos. Em entrevista ela informa como procedia:

Eu boto a mulher toda direitinho no canto dela e faço o toque. Na hora do parto, coloco o cordão com a oração de Nossa Senhora do Bom Parto no seu pescoço, e faço a oração do parto para que não morra de parto. Esse cordão só pode ser colocado e tirado do pescoço, por mim, e a oração do parto só é feita na hora por que é finíssima (Ibidem, p. 6).

Assim como Dona Dionízia, na comunidade existem 20 benzedadeiras, uma delas é Dona Quitéria, Dona Maria Antônia da Conceição da Silva, também teve importância significativa em relação às festas tradicionais vividas pela comunidade e reafirma o seu poder de organizadora dos festejos ao dizer: “a festa de Santa Luzia já tem quatro gerações comigo. Ela era organizada por meu bisavô, depois por meus avô, que passou para o meu pai e hoje é realizada por mim” (Ibidem, p. 8), destaca-se também as danças de terreiro como o samba de coco, relatado por Dona Ana Maria da Conceição, além do reisado, dançado pelos antepassados de Dona Antônia Maria da Silva.

A partir dessas considerações, uma mulher em especial se destaca em todo processo de luta pelo reconhecimento e identificação da comunidade quilombola de Angico, por sua força e dedicação incansável pela comunidade a qual pertence, Maria Márcia Rodrigues de Almeida. É verdade que há um acúmulo e sobrecarga de atividades desempenhadas por ela desde o início do processo de identificação da comunidade como “remanescente de quilombo” o que faz ser identificada como tantas outras como “a dona do quilombo”. Márcia como normalmente é chamada, descende de uma família muito simples, mas que sempre a incentivou a estudar, tudo era muito difícil tendo as vezes que andar a pé para estudar. Porém, as dificuldades não a desestimulou e em 1992 concluiu o magistério, 1993 consegue passar em um concurso e foi ensinar na escola da comunidade, posteriormente “Houve uma reunião entre os pais e a secretaria do município para escolher uma direção para a escola, e nessa reunião eu fui escolhida”¹². É possível observar na sua história o papel importante desempenhado por Márcia na preservação dos direitos culturais e naturais de seu povo e de sua comunidade ao ressaltar que “vendo a situação de vulnerabilidade das famílias da

¹² Entrevista concedida por Maria Marcia Rodrigues de Almeida a Maria Aparecida de O. Souza em 04 de maio de 2020

comunidade eu passei a participar de movimentos sociais para que nos uníssemos para trazer algumas ações para a comunidade e do movimento quilombola”¹³.

Hoje como vereadora no seu segundo mandato e como suplente do Senador Humberto Costa afirma:

Aprendo a cada dia e estou sempre pronta a ouvir as angustias e aflições das pessoas, buscando uma solução para as questões e tentando sanar o máximo possível das situações em que me deparo. Na medida do possível vou resolvendo alguns casos e estudando as soluções de outros. Mas tenho comigo sempre esta filosofia de vida de que ‘Pensar para poder agir é a melhor coisa a se fazer’ (ALMEIDA, 2014, p. 9).

Caminhando em direção ao Sertão do Moxotó, encontramos no Município de Custódia a comunidade quilombola Buenos Aires, no sítio do mesmo nome. Começaremos sua história a partir do ponto de vistas das lideranças femininas do lugar, conhecer os motivos que as levaram a ocupar estas posições e aqueles que as fazem permanecer na luta. Iniciamos com uma das mulheres que colocamos dentro da categoria de mito fundador, Alzira Tenório do Amaral. Outras mulheres da comunidade também podem ser enquadradas nessa categoria. Assim como informou Maria Yolanda do Amaral Santos: “Maria Elvira do Amaral que era parteira, na época de minha mãe e prima dela também, faleceu com 95 anos, Maria pequena era que rezava as novenas faleceu com 99 anos, Hozana e Severina faziam potes, Hozana faleceu com 80 anos e Severina está viva e com 90 anos, Conceição é parteira atua e tem 80 anos”.¹⁴

Continuado a narrativa, a cidadã Custodiense Alzira Tenório do Amaral que nasceu em 02 de setembro de 1928, desde sua infância trabalhava na roça e sobrevivia da agricultura familiar, segundo sua filha Yolanda a sua mãe teve “uma vida de muito sofrimento, trabalhava muito na roça e as vezes até dormia ao relento, mas isto não fez com que ela fraquejasse, inclusive ela foi a primeira mulher a ser eleita vereadora em Custódia”¹⁵. No Projeto de Lei Ordinária Nº 881/2012 enviado para Assembleia Legislativa de Pernambuco, para que a escola da comunidade tivesse seu nome, consta a seguinte biografia:

¹³ Entrevista concedida por Maria Márcia Rodrigues de Almeida a Maria Aparecida de O. Souza em 04 de maio de 2020

¹⁴ Entrevista concedida por Maria Yolanda do Amaral Santana a Maria Aparecida de O. Souza em 04 de maio de 2020

¹⁵ Ibidem

Foi à primeira vereadora mulher da Cidade de Custódia, exercendo de forma democrática quatro mandatos consecutivos onde conquistou o coração do povo custodiense e principalmente os dos mais necessitados. Mulher simples, honesta e humilde, como vereadora foi grande batalhadora por obras focadas na infraestrutura e educação da sociedade local, conseguindo a instalação de inúmeras escolas e ainda, a construção de seis barragens, sem esquecer as diversas outras obras que tiveram na sua voz, a defesa permanente pelo desenvolvimento social do povo sertanejo do Moxotó. Faleceu em 1993, e desde então, seus exemplos de nordestina lutadora, servem de farol para as novas gerações custodienses¹⁶.

Seguindo os caminhos e os rastros da sua mãe, encontra-se outra mulher de fibra e coragem, que como as mulheres quilombolas anteriormente citadas será denominada de “a dona do quilombo”, trata-se de Maria Yolanda do Amaral Santos, hoje com 57 anos, que continua reivindicando os direitos para as comunidades quilombolas. Foi professora, membro da Comissão Estadual do Movimento Quilombola, decidiu entrar na política partidária foi eleita para seu primeiro mandato em 2009, hoje já está em seu terceiro mandato, podemos argumentar ser fruto do reconhecimento de sua militância em defesa do seu povo e do movimento quilombola. Sua atuação é destacada:

No sertão atua como presidente da Associação da comunidade de Buenos Aires, que tem o objetivo de trazer benefícios para os moradores quilombolas. “Foram desenvolvidos vários projetos, entre eles ‘Saberes da Terra’ que tem como prioridade ensinar pessoas que deixaram de estudar há muito tempo, de 5º a 8º série do ensino fundamental. O nosso maior orgulho é Dona Maria Elvira de Lima (foto), 73 anos, que voltou a estudar, e é um exemplo para os jovens que estão desestimulados”.¹⁷

Por fim, salienta-se a importância política de quatro mulheres que se destacaram em sua região e assumiram uma cadeira no parlamento, são elas: Givânia Maria da Silva, Maria Márcia Rodrigues de Almeida, Espedita Maria dos Santos (Espedita Quilombola) e Maria Yolanda do Amaral Santos. Estas mulheres são do Agreste e do Sertão de Pernambuco, elas de certa forma desestabilizam a lógica patriarcal, pois “lugares diferentes, historicidades específicas podem conduzir a outros signos, outras representações do mundo feminino” (FALCI, 2001, p. 275). Várias outras mulheres dos quilombos de Pernambuco seriam dignas de estar compondo esse artigo, porém pelo curto espaço da escrita, tornou-se impossível

¹⁶ Disponível em: <https://custodia-pe.blogspot.com/2013/03/escola-estadual-quilombola-alzira.html> Acessado em: 04 de maio de 2020.

¹⁷ Disponível em: <http://custodia-pe.blogspot.com/2011/05/comunidade-quilombolas.html> Acessado em: 05 de maio 2020

destacá-las, no entanto todas que foram citadas representam bem a denominação de “as donas dos quilombos”, até porque foram pioneiras na conquista do reconhecimento das suas comunidades como “remanescentes de quilombo”.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Alfredo W. B de. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais**. R. B. Estudos Urbanos e Regionais S V. 6 , N. 1 / MAIO 2 0 0 4. Disponível em: http://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2017/07/Alfredo-Wagner-B-de-Almeida_Terras-Tradicionalmente-Ocupadas.pdf

ALMEIDA, Maria Márcia Rodrigues de. E ALMEIDA, Roseane Gico Bezerra. **Comunidade Quilombola Angico**. Bom Conselho, 2004.

ALMEIDA, Maria Márcia Rodrigues de. **Memorial Acadêmico Profissional**. Bom Conselho, 2014

ANTUNES, Marta de Oliveira. **A terra que volta: Gerindo territórios, memórias, conflitos e normas em Conceição das Crioulas**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro 2016.

BATLIWALA, S. “The meaning of women’s empowerment: new concepts from action”. In: G. Sen, A. Germain & L.C.Chen (eds.), **Population policies reconsidered: health, empowerment and rights**, Boston: Harvard University Press. 1994, p.127-138.

BRASIL. Decreto Federal nº. 4887, de 20/11/2003. **Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acessado em: 27 de fev. 2020.

BUTLER, Judith. **Problema de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do Sertão nordestino. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 241-277.

FREIRE, P. & SHOR, I. **Medo e ousadia**. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FOUCAULT, Michael. **Ditos e Escritos**: outros espaços. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/pensarcomfoucault/leituras/outros-espacos.pdf>. Acessado em: 3 de jan. de 2017

_____. **A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade**, Julho-dezembro de 1984, ps. 99-116. Disponível em: http://escolanomade.org/wp-content/downloads/foucault_%20etica_cuidado_si.pdf. Acessado em 20 de abril 2020.

_____. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013a.

_____. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **História da sexualidade**, vol. I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996

HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos territórios à multiterritorialização**. I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades. Porto Alegre: UFRGS/ULBRA/AGB, 2004.

JORNAL CRIOULAS: A voz da resistência. abril de 2003, Ano 1, nº 1.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor**: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003.

NAVARRO SWAIN, Tania. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. In: ____ (org.). **Feminismo teorias e perspectivas**. textos de história: revista do programa de pós-graduação em história da UnB, vol. 8, n.1/2. Brasília: UnB, 2000.

ORLANDI, Eni P. **Discurso Fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2003.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: RDUSC, 2005

RAGO, Margareth. **O efeito Foucault na historiografia brasileira**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7(1-2): 67-82, outubro de 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v7n1-2/0103-2070-ts-07-02-0067.pdf>. Acessado em: 20 de abril de 2020

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovanni. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz; QUEIROZ, Renato da Silva (Orgs.). **Raça e diversidade**. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, 1996.

OS MITOS FUNDADORES, NARRATIVAS E “AS DONAS DOS QUILOMBOS”

SCOTT, Joan. W. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho de Souza e RAMOS, Tania Regina Oliveira (Orgs.). **Falas de gênero**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999, p. 21-55.

SILVA, Romero Antonio de Almeida. **As Transformações Religiosas e de Religiosidade no Quilombo de Trigueiros/PE: numa perspectiva do movimento evangélico**. Monografia apresentada no curso de História Da Faculdade de Ciência e Tecnologia Professor Dirson Maciel de Barros. Goiana, 2017.

SOUZA, Maria Aparecida de O. **As mulhers, a comunidade de Conceição e suas lutas: histórias escritas no feminino**. Brasília, 2006. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de Brasília.

_____. **“Negras nós somo, só não temo o pé no torno”**: A identidade negra e de gênero em Conceição das Crioulas, Contendas/Tamboril e Santana. Tese doutorado em História. Universidade Federal de Pernambuco, 2013.